



SIMULADO FINAL

ALECE

**Técnico Legislativo
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALECE**, cargo de **Técnico Legislativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YRBAdsJLtqxYTBTo8>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	11 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	12 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4ci5eSB>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Proteção Social para o Brasil do Futuro**

O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade desde o retorno à democracia, na década de 1980. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante nesse processo. Porém, a redução da pobreza estagnou na última década e a taxa de informalidade permanece alta.

Além disso, o envelhecimento demográfico, as mudanças climáticas e as novas tecnologias e formas de trabalho geram necessidades e riscos para a população. Como o sistema de proteção social pode seguir desempenhando um papel central em um contexto tão diferente daquele em que muitas dessas políticas foram concebidas?

Em um novo relatório, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) discutem o assunto. Em duas décadas, a maioria da população brasileira estará em idade ativa, mas não será mais jovem; muitos precisarão navegar pelo mercado de trabalho com baixa escolaridade. O número de crianças terá diminuído, mas, enquanto isso, quase metade delas cresce em condição de pobreza. O número de adultos com mais de 65 anos dobrará, tornando as atuais promessas previdenciárias fiscalmente insustentáveis, mesmo após a recente reforma.

O relatório recomenda um conjunto de dez reformas para o médio e longo prazos, com um olhar para o Brasil em 2040. Será importante aumentar a eficiência dos programas de seguro-desemprego, expandir os instrumentos financeiros disponíveis às famílias para administrar a volatilidade da renda e tornar os programas de assistência social mais eficazes no alcance das famílias impactadas pelos choques climáticos.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: BRASIL. "Proteção Social para o Brasil do Futuro". (2023). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/239811-prote%C3%A7%C3%A3o-social-para-o-brasil-do-futuro>>. Acesso em: 21 jul. 2023. ADAPTADO.

1. Assinale a alternativa que expressa, de forma mais abrangente e fiel, o tema central apresentado no texto.

- a) As causas históricas da pobreza no Brasil desde a década de 1980.
- b) A necessidade de adaptar o sistema de proteção social brasileiro às transformações das próximas décadas.
- c) O envelhecimento populacional e seus impactos sobre a previdência social.
- d) As mudanças demográficas, econômicas e tecnológicas para os próximos anos.
- e) A problemática da pobreza infantil e a urgência para eliminá-la

2. Marque a alternativa que expressa uma inferência logicamente válida, ainda que não formulada de modo explícito pelo autor.

- a) A baixa escolaridade deixará de ser um problema relevante para a população em idade ativa.
- b) As mudanças climáticas afetarão apenas as famílias que já vivem em situação de extrema pobreza.
- c) O aumento da expectativa de vida eliminará a pobreza infantil no Brasil.
- d) O envelhecimento populacional tende a aumentar a pressão fiscal sobre o sistema previdenciário.
- e) As novas tecnologias tornarão desnecessários os programas de seguro-desemprego

3. Analise os segmentos destacados nos trechos que seguem para assinalar o item correto.

1. O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade...

2. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante...

a) Em 1, o segmento destacado é um objeto indireto e em 2, adjunto adnominal.

b) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são complementos nominais.

c) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, adjunto adnominal.

d) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, complemento nominal.

e) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são objetos indiretos

4. Considerando a progressão lógica do texto, marque a opção que identifica corretamente o valor do conectivo “Porém”, empregado no 1º parágrafo.

a) Comparação

b) Causa

c) Consequência

d) Adição

e) Contraste

5. Avalie os enunciados a seguir à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância verbal. Marque a alternativa correta.

a) Segundo o estudo, 64% do corpo docente apontam entraves na sala de aula.

b) Os desenvolvedores do jogo enfatizou a produção artística do projeto.

c) Estimam-se que as reformas ultrapassem 200 milhões de reais.

d) Fazem dois anos que o programa foi implementado nas escolas.

e) Houveram dificuldades durante a implementação do sistema

6. Considerando as normas de ortografia oficial e as alterações introduzidas pelo mais recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras atendem plenamente aos preceitos gramaticais vigentes.

a) O aluno apresentou uma idéia brilhante.

b) A equipe realizou um voo noturno.

c) Os meios de comunicação podem reforçar um estereotipo.

d) As meninas lêem muitas revistas de quadrinhos.

e) Os ladrões levaram jóias de alto valor.

7. Considerando a necessidade de manter a correlação entre tempos e modos verbais nas construções do período composto, marque a opção que apresenta frase que tem correção gramatical e articulação lógica das ações.

a) Se o candidato estudasse mais, ele passará no concurso.

b) Quando o relatório chegou, a equipe revisará os dados.

c) Caso a empresa reduza os custos, aumentou os investimentos.

d) Embora o diretor aprove a proposta, ela não será implementada.

e) Se os alunos tivessem lido o livro, não cometeram tantos erros

TEXTO 2

O ambiente de trabalho costuma funcionar como um espelho da sociedade e, por isso, reproduz dentro de si os mesmos preconceitos que circulam fora dele. À medida que a população envelhece, ganha força no Brasil uma forma de discriminação chamada etarismo, ou idadismo, que consiste em tratar alguém de modo desigual por causa da idade.

8. Analise os termos destacados no texto acima e indique a alternativa que classifica corretamente a classe gramatical de cada um, respectivamente.

- a) Substantivo, advérbio, substantivo.
- b) Substantivo, adjetivo, advérbio.
- c) Substantivo, advérbio, adjetivo.
- d) Adjetivo, advérbio, adjetivo.
- e) Adjetivo, substantivo, adjetivo

9. Marque a opção em que o sinal indicativo de crase foi empregado em plena conformidade com a norma culta.

- a) A palestra destruiu todas às nossas esperanças de um futuro melhor.
- b) Os pais devem controlar o acesso das crianças à equipamentos digitais.
- c) Os alunos passaram à participar de forma ativa nas atividades.
- d) O chefe de seção referiu-se à demandas represadas.
- e) Somos contrários àqueles que defendem a violência

10. Indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Instalarão-se os aparelhos na próxima semana.
- b) Filho, me espere no portão da escola ao sair.
- c) Nunca se esqueceram das orientações dadas pelo professor.
- d) Assim que avistei-a, corri em sua direção.
- e) O cenário sombrio que imaginávamos não confirmou-se

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Consideraremos as afirmações abaixo verdadeiras:

- I. Luana é eletricista ou Josué é costureiro.
- II. Se Denise é psicóloga, então Josué não é costureiro.
- III. Bia é diretora ou Ricardo é editor.
- IV. Ricardo é editor e Luana não é eletricista.

A partir dessas informações é possível concluir, corretamente, que:

- a) Bia é diretora.
- b) Josué é costureiro.
- c) Denise é psicóloga.
- d) Bia não é diretora.
- e) Josué não é costureiro.

12. Cinco pessoas — Ana, Bruno, Carla, Diego e Eduarda — estão sentadas em uma fileira de cinco cadeiras, todas voltadas para frente. Sabe-se que:

- Diego está exatamente no meio da fileira.
- Ana está à esquerda de Bruno.
- Carla está à direita de Diego.
- Eduarda está imediatamente à esquerda de Carla.

Com base nessas informações, quem está imediatamente à esquerda de Diego?

- a) Ana
- b) Bruno
- c) Carla
- d) Diego
- e) Eduarda

13. Pedro, Laura, Sandra, Roberto e Vavá são suspeitos de terem furtado a motocicleta de uma pessoa. Na delegacia:

- Vavá afirmou que não tinha sido nem ele nem Roberto;
- Sandra jurou que o ladrão era Roberto ou Laura;
- Roberto disse que tinha sido Pedro;
- Laura disse ter sido Pedro ou Vavá;
- Pedro termina dizendo que Sandra é uma mentirosa.

Sabe-se que um e apenas um deles mentiu. Sendo assim, a pessoa que furtou a motocicleta foi

- a) Laura
- b) Sandra
- c) Roberto
- d) Vavá
- e) Pedro

14. Cinco analistas do PROCON RJ — Ângela, Beto, César, Duda e Elísio — analisaram cinco relatórios distintos: Alfa, Beta, Gama, Delta e Épsilon, cada um analisado por apenas um analista.

Sabe-se que:

I. Beto analisou um relatório cujo nome possui cinco letras.

II. O relatório Alfa foi analisado por alguém cujo nome começa com vogal.

III. César não analisou o relatório Gama.

IV. Duda não analisou o relatório Beta.

V. Ângela analisou o relatório Gama.

É correto afirmar que César analisou o relatório:

- a) Alfa
- b) Beta
- c) Gama
- d) Delta
- e) Épsilon

15. A sequência abaixo foi criada repetindo-se as letras da palavra FEVEREIRO na mesma ordem:

F E V E R E I R O F E V E R E I R O F E V E R E I R O ...

A 1000ª letra dessa sequência será:

- a) F
- b) E
- c) V
- d) I
- e) R

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

16. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, acerca do estágio probatório e da aquisição da estabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) O estágio probatório corresponde ao período de dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação do servidor.
- b) A aquisição da estabilidade depende, obrigatoriamente, de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- c) A avaliação especial de desempenho somente poderá ser realizada após o término do estágio probatório, sendo vedada qualquer avaliação durante sua realização.
- d) A comissão responsável pela avaliação especial de desempenho poderá considerar o desempenho funcional do servidor em período posterior ao estágio probatório, caso entenda necessário.
- e) A avaliação extraordinária de desempenho substitui a avaliação ordinária quando realizada durante o estágio probatório.

17. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, sobre a sessão legislativa da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A sessão legislativa poderá ser interrompida independentemente da aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que haja deliberação da maioria absoluta dos Deputados.
- b) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 1º de fevereiro, destinadas à posse dos Deputados diplomados e à eleição da Mesa Diretora, cujo mandato será de 2 anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- c) O mandato da Mesa Diretora será de 4 anos, admitida uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.
- d) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 2 de fevereiro, destinadas apenas à posse dos Deputados diplomados, sendo a eleição da Mesa Diretora realizada em momento posterior.
- e) As reuniões da Assembleia Legislativa ocorrerão anualmente de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, não sendo admitida a transferência das datas quando recaírem em feriados.

18. A respeito da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos da Constituição Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o período de convocação extraordinária, a Assembleia Legislativa poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse estadual, sendo admitido o pagamento de parcela indenizatória aos Deputados em razão da convocação.
- b) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ser feita exclusivamente pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de relevante interesse público.
- c) A convocação extraordinária poderá ser realizada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em caso

de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e do Vice-Governador do Estado, bem como, nas hipóteses de urgência ou de interesse público relevante e urgente, pelo Governador, pelo Presidente ou a requerimento da maioria dos membros da Assembleia, desde que haja aprovação da maioria absoluta da Casa.

- d) Durante a convocação extraordinária, a Assembleia poderá deliberar sobre matérias estranhas ao ato convocatório, desde que aprovadas pela maioria absoluta dos Deputados.
- e) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ocorrer por requerimento de um terço de seus membros, independentemente de aprovação do Plenário, sempre que houver interesse público relevante.

19. Segundo o Regimento Interno da ALECE, quando a realização das reuniões em outro local decorrer de motivo relevante ou de interesse social, será necessária:

- a) autorização do Presidente da Assembleia.
- b) deliberação da Mesa Diretora.
- c) aprovação da maioria simples dos membros da Assembleia.
- d) aprovação de dois terços dos membros da Assembleia.
- e) autorização conjunta da Mesa Diretora e do Governador.

20. A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará poderá ceder espaços de suas dependências para manifestações cívicas e culturais, desde que:

- a) haja autorização da Mesa Diretora por maioria absoluta.
- b) exista autorização da Presidência da Mesa Diretora.
- c) seja aprovada a cessão por dois terços dos deputados.
- d) a autorização seja concedida pelo Governador do Estado.
- e) a cessão seja destinada exclusivamente a entidades públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**REDAÇÃO OFICIAL***Patrícia Manzato*

21. Considerando o disposto no Manual de Redação da Presidência da República a respeito das características da redação oficial, analise as seguintes assertivas:

- I. A concisão consiste em transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, não se confundindo, portanto, com a omissão de dados essenciais ao entendimento do texto.
- II. A impessoalidade exige que o redator oficial evite tanto a manifestação de opiniões pessoais quanto o uso de construções que denotem subjetividade, razão pela qual se recomenda o emprego da voz ativa e da terceira pessoa.
- III. A formalidade padronizada, como característica da redação oficial, restringe-se ao vocabulário utilizado, não abrangendo aspectos como layout, formatação e tipos de documentos.
- IV. A clareza, como atributo da redação oficial, pode ser comprometida pelo uso excessivo de siglas, razão pela qual se recomenda que toda sigla seja escrita por extenso em sua primeira ocorrência no texto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

22. No que se refere à estrutura, elaboração e padronização de documentos oficiais, conforme o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- a) O vocativo, nas comunicações oficiais dirigidas a autoridades, deve ser seguido de sinal de pontuação de dois-pontos, independentemente da hierarquia do destinatário, e deve sempre ser antecedido pelas expressões "Digníssimo" ou "Ilustríssimo" para conferir formalidade ao documento.
- b) A identificação do signatário, ao final do documento, deve conter o nome, o cargo e, quando for o caso, a referência à função exercida em caráter interino ou substituto, devendo esses termos ser grafados com inicial minúscula, sem vírgula e sem hífen, posicionados após o nome do cargo.
- c) A data, nas comunicações oficiais, deve obrigatoriamente ser posicionada ao final do documento, logo abaixo da assinatura do signatário, em alinhamento à esquerda, de modo a registrar o momento da subscrição.
- d) O número do expediente e a sigla do órgão expedidor devem constar no rodapé do documento, após o fecho e a assinatura, para fins de controle documental e arquivo.
- e) O fecho das comunicações oficiais deve ser escolhido livremente pelo redator, em conformidade com o grau de formalidade que pretende conferir ao documento, podendo variar entre expressões como "Com os meus cumprimentos", "Sem mais para o momento" e "Atenciosamente".

23. Acerca do ofício — sua finalidade, estrutura, endereçamento, assunto, corpo do texto, fecho e assinatura —, considere as seguintes assertivas:

- I. O ofício destina-se à comunicação entre órgãos públicos de mesma hierarquia, entre autoridades de diferentes órgãos, ou entre órgão público e particular, sendo, portanto, modalidade de comunicação de caráter externo.
- II. No endereçamento do ofício, o nome e o cargo do destinatário devem ser alinhados à esquerda, e o vocativo deve ser grafado em maiúsculas, seguido de vírgula.
- III. O fecho "Respeitosamente" deve ser empregado quando o destinatário ocupa cargo hierarquicamente superior ao do signatário, enquanto "Atenciosamente" deve ser usado nas demais hipóteses.
- IV. O campo "Assunto", no ofício, deve sintetizar o conteúdo do documento em poucas palavras, facilitando a tramitação e a organização documental.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

24. No que concerne às portarias, atos, circulares, cartas e expedientes correlatos — finalidade, estrutura e aplicação —, assinale a alternativa correta.

- a) A circular destina-se à comunicação individualizada e pessoal entre um servidor e um particular, devendo sempre conter fecho com saudações pessoais e tratamento íntimo.
- b) A portaria, por ser ato de natureza meramente comunicativa, não produz efeitos jurídicos vinculantes, limitando-se a informar servidores sobre questões administrativas internas.

- c) A carta, na redação oficial, é documento de uso exclusivo do Poder Judiciário, não sendo admitida sua utilização pelos Poderes Executivo e Legislativo.
- d) A circular tem como finalidade principal registrar os fatos e decisões ocorridos em reuniões administrativas, sendo seu conteúdo idêntico ao da ata, diferindo apenas na formatação.
- e) A portaria é ato administrativo de caráter normativo ou decisório, pelo qual a autoridade competente estabelece diretrizes, nomeia servidores, determina providências ou regulamenta situações funcionais, devendo ser publicada no veículo oficial de imprensa para produzir efeitos.

25. Considerando o disposto no Manual de Redação da Presidência da República sobre e-mails institucionais, memorandos eletrônicos e documentos digitais, assinale a alternativa correta.

- a) O e-mail institucional, por sua natureza eletrônica, dispensa a revisão ortográfica e gramatical, bem como a observância dos atributos da redação oficial, uma vez que a agilidade do meio eletrônico prevalece sobre a formalidade.
- b) Para que um documento eletrônico tenha valor documental, isto é, para que possa ser aceito como documento original, é necessário que exista certificação digital que ateste a identidade do remetente.
- c) O memorando eletrônico, por ser versão digital do memorando impresso, dispensa a observância da estrutura formal do documento, podendo ser redigido em formato livre, sem campos obrigatórios de identificação.
- d) A assinatura digital em documento eletrônico possui o mesmo valor jurídico da assinatura manuscrita apenas nos documentos de caráter interno, sendo vedada sua utilização em comunicações externas entre órgãos públicos.
- e) O correio eletrônico institucional não pode ser utilizado para tramitação de processos administrativos, sendo restrito ao envio de mensagens informais entre servidores.

ARQUIVOLOGIA / GESTÃO DOCUMENTAL*Ricardo Campanário*

26. O setor de Protocolo de uma autarquia federal recebeu um documento de natureza estritamente particular endereçado a um servidor específico da instituição. De acordo com as rotinas padrão de recebimento e classificação de correspondências aplicadas à administração pública, a conduta imediata do operador de protocolo deve ser:

- a) Abrir o envelope para realizar a triagem e registrar o assunto no sistema informatizado de tramitação.
- b) Encaminhar o documento diretamente ao destinatário, sem abri-lo e sem efetuar o registro de autuação.
- c) Reter o documento no arquivo intermediário até que o servidor assine um termo de empréstimo.
- d) Classificar o item no plano de classificação de assuntos sob o código de "documentação institucional sigilosa".
- e) Devolver o documento aos Correios, alegando recusa por desconformidade com a instrução processual.

27. Um assistente administrativo, ao organizar a documentação de suporte financeiro de uma universidade, deparou-se com uma série documental composta por ordens de pagamento que perderam a utilidade administrativa diária, mas que, por força de lei, devem ser guardadas por 5 anos devido a prazos de fiscalização do Tribunal de Contas da União. Diante da Teoria das Três Idades, essa série documental deve ser submetida ao processo de:

- a) Eliminação direta na fase de produção.
- b) Transferência para o arquivo intermediário.
- c) Recolhimento para o arquivo permanente.
- d) Desentranhamento técnico por incorporação.
- e) Autuação suplementar no arquivo corrente.

28. No âmbito dos fundamentos arquivísticos, os documentos de arquivo possuem características próprias que os diferenciam dos documentos de biblioteca. A qualidade que determina que os documentos de arquivo não são coletados artificialmente, mas sim acumulados de maneira natural, contínua e espontânea nas organizações, como resultado direto do desenvolvimento de suas atividades diárias, é denominada:

- a) Organicidade.
- b) Unicidade.
- c) Imparcialidade.
- d) Cumulatividade (ou Naturalidade).
- e) Autenticidade Digital.

29. Uma instituição federal decidiu reorganizar o arquivo de prontuários médicos de seus servidores. O arquivista recomendou a aplicação de um método de arquivamento numérico que divide o número do documento em três pares de algarismos (lidos da direita para a esquerda), o que permite uma distribuição uniforme das pastas nas prateleiras e evita o congestionamento de buscas no final do arquivo. Esse método é o:

- a) Numérico Simples.
- b) Geográfico por Procedência.
- c) Dígito-Terminal.
- d) Cronológico Estrito.
- e) Ideográfico Duplex.

30. O arquivo permanente de um Tribunal Regional do Trabalho recebeu um lote de cartas históricas do início do século XX. Para atender aos pesquisadores externos sem expor os documentos originais ao desgaste físico do manuseio direto, a chefia do arquivo determinou a criação de um instrumento de pesquisa que descreve minuciosamente, peça por peça, os detalhes internos de cada carta (autor, destinatário, data, resumo do conteúdo e estado físico). Esse instrumento técnico é denominado:

- a) Guia Geral.
- b) Inventário Esquemático.
- c) Catálogo.
- d) Índice Remissivo.
- e) Sumário Descritivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. Assinale a alternativa que não contempla uma atribuição constitucionalmente assegurada a uma comissão parlamentar de inquérito instituída no âmbito de Assembleia Legislativa:

- a) convocar testemunhas para depor
- b) determinar a prisão de investigados flagrados cometendo crime
- c) determinar a quebra de sigilo bancário
- d) decretar a indisponibilidade de bens do investigado
- e) requisitar documentos e informações à Administração Pública

32. O veto do Chefe do Poder Executivo:

- I – aplica-se às proposições legislativas em geral;
- II – precisa ser motivado;
- III – pode ser parcial, atingindo inclusive palavras ou expressões;
- IV – pode ser realizado por motivo de inconstitucionalidade da proposição.

Estão corretos, apenas, os itens:

- a) II e IV
- b) I, II e IV
- c) I e III
- d) I, III e IV
- e) II e III

33. O Governador do Estado, a pretexto de regulamentar uma lei, terminou por suplantá-la, extrapolando o poder regulamentar. Inconformada, a oposição na Assembleia Legislativa visa a apresentar uma proposição com vistas a sustar esse ato. À luz da Constituição:

- a) não cabe essa espécie de sustação
- b) cabe a apresentação de projeto de lei ordinária
- c) cabe a apresentação de projeto de decreto legislativo
- d) cabe à Assembleia apenas judicializar a questão
- e) cabe à Assembleia obrigar o Governador a revogar o ato, sob pena de crime de responsabilidade

34. Uma vereadora apresentou projeto de lei para criar o programa “Rua mais Segura”, prevendo a instalação de câmeras de segurança nos 10 logradouros mais violentos de determinada cidade. À luz da jurisprudência do STF sobre o tema, essa proposição:

- a) é constitucional
- b) é inconstitucional, por usurpar iniciativa privativa do Prefeito
- c) é inconstitucional, por usurpar iniciativa privativa do Judiciário
- d) é constitucional, desde que o Prefeito tenha delegado essa atribuição
- e) é inconstitucional, mas essa inconstitucionalidade se convalida se houver sanção

35. Um deputado estadual apresentou projeto de lei concedendo isenção de IPVA para veículos eletrificados. Contrariado, o Poder Executivo alegou que essa proposição incide em vício de iniciativa. De acordo com a jurisprudência, a irresignação do Executivo:

- a) está correta
- b) está incorreta, pois não há reserva de iniciativa em leis sobre matéria tributária
- c) está correta, pois há reserva de iniciativa de leis que gerem despesas para a administração pública
- d) está correta, pois há reserva de iniciativa de leis sobre matéria orçamentária
- e) está incorreta, desde que tenha havido delegação de iniciativa

36. A Governadora de um Estado apresentou à Assembleia Legislativa um projeto de lei concedendo aumento aos servidores de determinada Secretaria. Durante a tramitação, foi apresentada emenda parlamentar para estender o aumento a servidores de outra secretaria, além de criar uma nova Secretaria. À luz da jurisprudência e das disposições constitucionais:

- a) ambas as emendas são constitucionais
- b) ambas as emendas são inconstitucionais
- c) a primeira emenda, apenas, é inconstitucional
- d) a segunda emenda, apenas, é inconstitucional
- e) não há elementos suficientes para analisar a questão

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

37. Um Analista Legislativo, ao analisar a instrução de processos no âmbito da Casa Legislativa, deparou-se com a necessidade de orientar a Mesa Diretora a respeito da manutenção, da invalidação e dos atributos dos atos administrativos praticados no órgão. Considerando o regime jurídico aplicável aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A imperatividade é um atributo presente na totalidade dos atos administrativos, incluindo os atos negociais e enunciativos, assegurando a imposição unilateral de obrigações aos particulares independentemente de concordância.
- b) A revogação do ato administrativo é o instrumento adequado para desfazer atos eivados de vício de legalidade, retroagindo os seus efeitos (*ex tunc*) à data em que o ato foi originalmente praticado.
- c) O vício de competência constitui defeito de legalidade sempre insanável, o que impede a sua convalidação pela autoridade superior ainda que a lei não tenha estabelecido competência em caráter exclusivo.
- d) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- e) A presunção de legitimidade e veracidade que milita em favor dos atos administrativos possui natureza absoluta (*jure et de jure*), obstando a produção de prova em contrário pelo administrado na esfera administrativa ou judicial.

38. Considere as seguintes situações hipotéticas: (i) determinado Chefe de Gabinete de uma Casa Legislativa praticou o ato administrativo de remoção de um servidor subordinado para uma unidade remota do órgão, com o objetivo exclusivo de puni-lo em virtude de divergências pessoais havidas entre ambos; (ii) em outra oportunidade, o mesmo Chefe de Gabinete emitiu determinações direcionadas a uma empresa estatal, alegando possuir poder para isso com base na competência constitucional do Legislativo de fiscalizar os atos do Executivo; (iii) o Chefe de Gabinete ficou irredimido com o fato de a empresa estatal exercer o poder de polícia mediante delegação; (iv) em contrato administrativo de prestação de serviços, o Chefe de Gabinete determinou a apuração de infrações cometidas pela empresa privada contratada. Considerando as regras concernentes aos poderes administrativos, aos deveres funcionais e às formas de abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do Chefe de Gabinete configura desvio de poder (ou desvio de finalidade), tendo em vista que o agente atuou no âmbito de suas atribuições formais, porém com finalidade diversa daquela prevista na legislação ou exigida pelo interesse público.
- b) O ato praticado caracteriza excesso de poder, visto que o vício de excesso de poder ocorre sempre que o agente público atua estritamente dentro de sua esfera de competência legal, mas visa a alcançar um fim ilícito ou punitivo.
- c) Entre os órgãos do Poder Legislativo e as empresas públicas integrantes da Administração Indireta existe uma estrita relação de subordinação hierárquica, legitimando o exercício do poder hierárquico para a edição de ordens diretas de serviço.
- d) A aplicação de sanção administrativa a uma empresa privada contratada pela Administração Pública, em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais, fundamenta-se precipuamente no exercício do poder de polícia.

e) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ordem de polícia (função legislativa de criar restrições e condicionamentos) pode ser livremente delegada a empresas estatais prestadoras de serviços públicos.

39. Um servidor público estatutário estável, ocupante do cargo de técnico legislativo em uma Assembleia Legislativa, logrou aprovação em um novo concurso público e foi diplomado para o exercício de mandato eletivo de Vereador no município onde reside. Diante das regras constitucionais sobre a acumulação de cargos e o exercício de mandato eletivo por agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor investido no mandato de Vereador será obrigatoriamente afastado do seu cargo público originário, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários na localidade.
- b) Havendo compatibilidade de horários no exercício do mandato de Vereador, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) Se não houver compatibilidade de horários para o exercício concomitante do mandato de Vereador, o servidor será afastado do cargo e receberá compulsoriamente apenas os subsídios da atividade parlamentar, vedado o direito de opção.
- d) Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório constitucional deve incidir sobre o somatório global dos ganhos do servidor, aplicando-se o abate-teto sobre a soma total das remunerações.
- e) A vedação constitucional ao nepotismo atinge de forma idêntica e automática a nomeação de parentes até o quarto grau em linha reta ou colateral da autoridade nomeante para o exercício de funções gratificadas.

40. Durante a instrução de um processo administrativo instaurado para apurar irregularidades em contratos de prestação de serviços no âmbito da Assembleia Legislativa, surgiram dúvidas sobre os prazos, o formalismo dos atos e as hipóteses de impedimento da autoridade processante. Com base nas disposições literais e nos entendimentos jurisprudenciais regulados pelas normas de processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Nos processos administrativos, os prazos processuais expressos em dias devem ser computados em dias úteis, suspendendo-se a contagem de forma automática durante os fins de semana e feriados.
- b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- c) O requerimento inicial do interessado deve ser formulado obrigatoriamente por escrito em toda e qualquer situação, sendo vedada em termos absolutos a admissão de solicitação oral pela repartição.
- d) Os prazos processuais fixados em meses ou anos contam-se de modo contínuo a partir do primeiro dia do mês subsequente, desconsiderando-se a contagem de data a data.
- e) O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que configurada a má-fé do beneficiário.

41. A Mesa Diretora de uma Casa Legislativa necessita realizar a contratação imediata de insumos e de serviços especializados. Ao analisar as hipóteses de contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), o setor jurídico deve distinguir com precisão as situações que configuram licitação dispensável daquelas em que há inexigibilidade. Com base no material fornecido, assinale a alternativa correta:

- a) É inexigível a licitação para a contratação de associação de pessoas com deficiência, com ou sem fins lucrativos, desde que o preço seja compatível com o de mercado.
- b) A contratação direta por inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição no caso concreto, ao passo que a licitação dispensável envolve situações em que a competição seria materialmente possível, mas a lei faculta a não realização do certame.
- c) Os limites originais previstos na lei para a dispensa de licitação em razão do valor são unificados para quaisquer objetos, como obras, compras e serviços.
- d) A contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação de critérios de técnica enquadra-se legalmente como hipótese de inexigibilidade de licitação.
- e) Os valores dos limites de dispensa de licitação previstos no texto da Lei nº 14.133/2021 são definitivos e imutáveis, sendo vedada a sua atualização monetária por atos infralegais ou decretos do Poder Executivo.

42. No âmbito de um procedimento de apuração promovido em face de um agente público do Poder Legislativo por suposta prática de ato ilícito contra a Administração Pública, surgiram dúvidas quanto ao prazo de prescrição, ao elemento subjetivo e às medidas cautelares regidas pela Lei nº 8.429/1992 (com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021). Diante do regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa na modalidade culposa nos casos de lesão ao erário, desde que demonstrada a negligência grave ou a imprudência no manejo de verbas públicas.
- b) A ação para a aplicação das sanções relativas aos atos de improbidade administrativa prescreve no prazo de cinco anos, contados da data em que o agente público cessar o exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.
- c) O afastamento preventivo do agente público do exercício do cargo, emprego ou função constitui penalidade administrativa de natureza definitiva, ensejando o prejuízo imediato de seus subsídios e remuneração funcional.
- d) A ação para a aplicação das sanções prescritas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) O ressarcimento integral do dano patrimonial pode ser afastado mediante acordo de não persecução civil, desde que seja homologado judicialmente.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO / CIDADÃO

Elisabete Moreira

43. No contexto do atendimento ao público interno e externo nas organizações públicas, a excelência na prestação de serviços exige o domínio de técnicas de acolhimento. A técnica que consiste no esforço consciente e intencional de captar não apenas a mensagem verbal do usuário, mas também as emoções, as necessidades e o contexto subjacente, evitando interrupções ou julgamentos precoces, é tecnicamente denominada:

- a) Feedback 360 graus.
- b) Comunicação diretiva.
- c) Escuta ativa.
- d) Empatia reativa.
- e) Acolhimento passivo.

44. A comunicação institucional eficaz é um dos pilares para a correta prestação de informações e encaminhamento de demandas. Suponha que um técnico administrativo, ao orientar um cidadão sobre a tramitação de um processo de licenciamento, utilize jargões jurídicos, siglas internas e linguagem excessivamente técnica, resultando na incompreensão por parte do usuário. Segundo a literatura sobre comportamento organizacional, o técnico esbarrou em qual barreira da comunicação?

- a) Filtragem.
- b) Sobrecarga de informação.
- c) Percepção seletiva.
- d) Semântica.
- e) Defensiva emocional.

45. As relações interpessoais e a postura profissional no ambiente institucional englobam o trato tanto com os cidadãos quanto com os próprios colegas de trabalho e outros setores. Sobre a convergência de técnicas de atendimento para esses dois públicos à luz da moderna gestão de pessoas e de serviços, assinale a afirmativa correta.

- a) A postura profissional exige que o servidor priorize o atendimento ao público externo, sendo lícito postergar as rotinas administrativas de retaguarda.
- b) As técnicas de acolhimento e a cortesia devem ser aplicadas simetricamente a ambos os públicos, pois o público interno é o cliente interno da organização, impactando diretamente a qualidade final do serviço prestado à sociedade.
- c) A orientação de demandas do público interno é dispensada de formalização em comunicação escrita, visto que a relação de confiança entre os pares substitui a necessidade de tramitação documental.
- d) O servidor deve adotar uma postura de informalidade com o público interno para garantir um clima organizacional saudável, reservando a comunicação formal, impessoal e escrita aos cidadãos.
- e) A prestação de informações ao público externo caracteriza-se pelo princípio do sigilo, enquanto o atendimento ao público interno é pautado pela publicidade irrestrita de dados.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

46. Um documento do Microsoft Word possui diversos títulos e subtítulos que precisam manter o mesmo padrão de formatação e permitir a geração automática do sumário. Para atender a essa necessidade, o recurso mais adequado é:

- a) Utilizar estilos de título, pois permitem padronizar a formatação e estruturar elementos para recursos automáticos, como sumários.
- b) Aplicar formatação manual em cada título, pois essa opção mantém a atualização automática do documento.
- c) Inserir caixas de texto para cada título, pois elas organizam a hierarquia das informações do documento.
- d) Utilizar apenas negrito e alteração de tamanho da fonte, pois esses recursos substituem os estilos predefinidos.
- e) Criar uma imagem com todos os títulos formatados, pois o Word reconhece automaticamente essa estrutura.

47. No Microsoft Word, um usuário precisa criar um documento extenso com diversas seções, nas quais algumas páginas devem possuir orientação retrato e outras orientação paisagem, mantendo a numeração e a estrutura do arquivo. Para atender a essa necessidade, o recurso adequado é:

- a) Inserir quebras de linha, pois elas permitem alterar configurações específicas de cada página do documento.
- b) Utilizar diferentes arquivos do Word para cada orientação de página e depois agrupá-los em um único documento.
- c) Inserir quebras de seção, pois permitem aplicar configurações diferentes de formatação em partes específicas do documento.
- d) Aplicar estilos de texto diferentes, pois eles controlam a orientação das páginas automaticamente.
- e) Utilizar cabeçalhos distintos, pois esse recurso altera as configurações de layout das páginas.

48. Uma planilha do Excel contém uma grande quantidade de registros de vendas e o usuário precisa identificar automaticamente quais valores atendem a determinados critérios, sem analisar linha por linha. Para realizar esse tipo de análise, um recurso adequado é:

- a) Utilizar a função CONCAT, pois permite agrupar registros conforme os critérios definidos.
- b) Aplicar a proteção de planilha, pois identifica automaticamente informações que atendem às regras estabelecidas.
- c) Utilizar funções condicionais, como SE, para retornar resultados diferentes conforme condições estabelecidas.
- d) Inserir imagens vinculadas aos dados, pois permitem destacar automaticamente valores específicos.
- e) Aplicar somente filtros manuais, pois substituem qualquer necessidade de utilização de fórmulas.

49. Em uma pasta de trabalho do Excel, um relatório mensal utiliza fórmulas que precisam ser copiadas para diferentes linhas, mantendo uma referência fixa ao percentual de imposto armazenado em uma célula específica. Para evitar alterações indevidas nessa referência durante a cópia da fórmula, deve-se utilizar:

- a) Referência relativa, pois mantém a mesma célula utilizada em todos os cálculos.
- b) Referência tridimensional, pois permite copiar fórmulas entre diferentes planilhas automaticamente.
- c) Referência mista, pois impede qualquer alteração em linhas e colunas ao copiar a fórmula.
- d) Referência absoluta, pois mantém fixa a célula indicada por meio dos símbolos de cifrão (\$).
- e) Referência externa, pois bloqueia valores utilizados em cálculos dentro da própria pasta de trabalho.

50. O acesso a uma conta de e-mail corporativa ocorre em diferentes dispositivos, mantendo as mensagens sincronizadas entre computador e smartphone. Para que os e-mails permaneçam armazenados no servidor e possam ser consultados por vários clientes, o protocolo mais adequado é:

- a) IMAP, pois permite a sincronização das mensagens entre diferentes dispositivos mantendo a caixa postal no servidor.
- b) POP3, pois mantém obrigatoriamente todas as mensagens sincronizadas em tempo real entre os dispositivos conectados.
- c) SMTP, pois é responsável pelo armazenamento e gerenciamento das mensagens recebidas pelo usuário.
- d) FTP, pois realiza a transferência segura de arquivos anexados às mensagens eletrônicas.
- e) HTTP, pois substitui os protocolos de correio eletrônico no envio e recebimento de mensagens.

Redação

Texto I

A revolução digital alterou as interações humanas, o comércio e a gestão pública. Contudo, essa mesma conectividade viabilizou a ascensão de ameaças virtuais complexas. A facilidade de comunicação e o anonimato na rede criaram um ambiente propício para golpes financeiros, extorsão e sequestro de dados institucionais. O Brasil figura entre os alvos mais frequentes de ataques cibernéticos, situação que expõe a fragilidade da infraestrutura digital do país e afeta diretamente a segurança patrimonial e moral da população.

(Texto adaptado para fins de avaliação)

Texto II

Para combater a criminalidade no ciberespaço, o Estado precisa atuar em duas frentes indissociáveis. A primeira envolve a estrutura da Polícia Judiciária, que frequentemente esbarra na obsolescência de seus equipamentos e na falta de peritos especializados em forense digital. A segunda frente diz respeito ao Poder Legislativo, que lida com a lentidão inerente ao processo democrático para tipificar condutas ilícitas inéditas. O hiato entre o avanço tecnológico e a atualização das leis penais cria um cenário de incerteza jurídica, o qual favorece a impunidade de criminosos virtuais.

(Texto adaptado para fins de avaliação)

Comando da Questão

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos seus conhecimentos, redija um texto dissertativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema:

O Estado brasileiro frente à cibercriminalidade: desafios entre a modernização investigativa e a necessidade de novos marcos legais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
